

## RESENHA BIBLIOGRÁFICA

### **The industrialization of São Paulo**

DEAN, Warren. Austin and London. The University of Texas Press, 1969.

Exemplo de estudo histórico da melhor qualidade, esta obra consegue reunir a visão de detalhe com a perspectiva global, a simplicidade da análise com o tratamento profundo e muitas vezes revolucionário de temas relevantes. Existem dois mitos correntes sobre a história da industrialização brasileira que Dean ajuda a demolir e isto por si só justifica o livro. O primeiro é o da contradição de interesses entre setores exportadores e setores industriais, que tem como corolário a famosa tese de Celso Furtado sobre o impacto positivo das guerras e da crise mundial de 1929 sobre a industrialização brasileira. O segundo, próximo a este, é o mito da "revolução burguesa" de 1930.

É bastante freqüente a idéia de que existe uma natural hostilidade entre os interesses de setores exportadores e o de setores manufatureiros. A teoria é que, de posse de divisas advindas da exportação, não haveria interesse em apoiar uma indústria nativa que teria necessariamente custos mais altos que os externos e teria que ser protegida por barreiras alfandegárias. Apesar de correta, esta idéia não cobre toda a verdade. O fato é que uma economia exportadora ativa gera, como gerou em São Paulo, atividades industriais complementares: o beneficiamento dos produtos a serem importados, pelos próprios exportadores, é a primeira. Depois, Warren Dean mostra como os importadores, como grupo distinto dos exportadores, são os financiadores e estimuladores de atividades manufatureiras que complementem de maneira vantajosa os produtos importados. Esta combinação exportação-importação-manufatura está bem longe da imagem de um grupo empresarial capitalista e moderno que emerge em

oposição a setores agrícolas tradicionais, como muitas vezes se supõe, e isto tem muita importância para se entender o comportamento político de setores industriais, em uma fase ulterior.

É interessante notar como o mito da contradição indústria *versus* exportação vem sendo atacado por vários lados. Ezequiel Gallo<sup>1</sup> mostra claramente como o desenvolvimento industrial argentino foi paralelo e baseado no desenvolvimento da economia de exportação. Gallo mostra como este fenômeno é mais geral e estudado para vários outros países, e afirma, em resumo, que “a variável estratégica para o processo de industrialização destas regiões (Canadá, Austrália, Estados Unidos e Argentina) foi a expansão constante da demanda, que por sua vez derivava do aumento de renda gerado pelo bom desempenho do setor exportador”.

Os fatos apontados tanto por Dean como por Gallo poderiam ser aceitos, no entanto, sem destruir completamente a tese da contradição entre os setores. Seria possível pensar, por exemplo, que a economia de exportação estimula a indústria até certo ponto, mas passa a freá-la quando surge a necessidade de barreiras alfandegárias.

É importante notar como esta idéia coloca-se em um nível especificamente político e bem distinto do anterior; a tese da complementariedade entre o desenvolvimento das economias de exportação e industriais baseia-se em uma coincidência de atividades que se dá no nível da prática quotidiana, ou seja, o resultado final observado é função de um agregado de decisões individuais. A tese da oposição, no entanto, já exige uma passagem clara para o nível político. Para que economia de exportação tivesse um poder retritivo sobre o setor industrial, seria necessário que os exportadores conduzissem a uma política governamental de baixas tarifas, de forma consistente. Warren Dean afirma, no entanto, que para o caso brasileiro “os plantadores tinham tão pouco desejo de reduzir as taxas tarifárias quanto os industrialistas”. O fato explica-se, segundo ele, porque as tarifas à importação eram a única fonte significativa de renda para o governo da República (70% de uma despesa de 257 milhões de dólares em 1920). “Ainda que estas tarifas fossem necessariamente protetoras em seus efeitos, a intenção era meramente fiscal” (p. 71). Este dinheiro era necessário para manter o funcionamento da máquina governamental, assim como para garantir o financiamento e refinanciamento da dívida externa do País.

Ou seja: a economia de exportação financiava o estado e ao mesmo tempo proporcionava proteção tarifária para indústrias que ela mesma não estaria tão interessada em proteger. O sistema tarifário brasileiro de 1900 a 1934 era casuístico e proteções tarifárias específicas podiam ser obtidas por vias particularistas e acesso direto e pessoal ao governo. Daí o fato, notado por Dean, de que “o particularismo da demanda dos industrialistas em relação a favores governamentais levou a uma depen-

<sup>1</sup> Gallo, Ezequiel. *Agrarian expansion and industrial development in Argentina, 1880-1930. Latin American affairs*. Oxford University Press, 1970. p. 53.

dência em relação à estrutura política existente". "Com efeito", prossegue, "eles se alinharam não com a classe média reformista, mas com os proprietários rurais, aos quais sempre deram apoio irrestrito. O industrialismo, com seu potencial de transformação social, estava de fato inibido por uma aliança regressiva e oportunista com a classe menos favorável a este tipo de transformação" (p. 71-2).

O conflito político entre os dois setores não ocorreu, apesar de algumas escaramuças bem delimitadas e específicas (o conflito sobre a importação de algodão, em que os setores industriais estavam interessados na sua liberação, é o mais importante, mas, de acordo com Warren Dean, não chegou a um ponto crítico).

Os principais oponentes da indústria paulista nas décadas de 20 e 30 não eram, assim, os exportadores, mas outros setores sociais muito mais urbanos e modernos: o setor importador e, depois de 1930, o estado personificado pelo primeiro Governo Vargas.

O conflito com os importadores é facilmente inteligível quando a indústria começa a competir com produtos importados e a buscar tarifas protecionistas. Mais interessante que isto é o fato, também nada surpreendente, de uma aliança de interesses entre importadores e consumidores. Os consumidores não são somente os exportadores e importadores mas, principalmente em termos de quantidade, as chamadas "classes médias" urbanas, que não têm porque preferir consumir produtos nacionais de qualidade duvidosa quando podem ter acesso a produtos importados. Aqui, novamente, a coincidência com as conclusões de Ezequiel Gallo para a Argentina é digna de nota. Depois de mostrar evidência segundo a qual não houve, no desenvolvimento argentino, uma situação de profundo conflito entre o setor agrícola exportador e grupos industriais, Gallo busca responder à pergunta de quais os fatores que impediam o aumento das tarifas alfandegárias. Apesar do interesse objetivo dos grupos exportadores por um nível baixo de tarifas, uma relativa estabilização de seu nível, para a Argentina, só se dá no período 1913-25, coincidindo com a chegada do Partido Radical ao poder e com a presença cada vez mais ativa do Partido Socialista de Juan B. Justo. E são exatamente os radicais e socialistas e não os setores exportadores os que se opõem com mais vigor à política de barreiras tarifárias. São partidos apoiados em setores populares cujos padrões de consumo seriam afetados por um aumento de tarifas ou por uma desvalorização externa da moeda e estes partidos têm pouco interesse em defender a economia dos setores industriais nascentes.

O segundo mito, ou conjunto de mitos, que Warren Dean ajuda a dissipar, é o da interpretação classista da revolução de 1930.<sup>2</sup> Existem dois fatos que Dean mostra com absoluta clareza. Primeiro, a principal base política regional da aliança liberal era o Rio Grande do Sul (mas

<sup>2</sup> Cf. M. Franco, Celina do Amaral, Oliveira, Lucia Lippi de & Hime, Maria Aparecida. O contexto político da Revolução de Trinta. *Dados*, v. 7, 1970, Schwartzman, S. Representação e cooptação política no Brasil. *Ibid.* p. 18-9.

também Minas Gerais!), onde não existia nem uma indústria manufatureira significativa, nem uma classe média importante. Mas, depois, a Aliança Liberal “havia apelado para as classes médias urbanas que a levava a aceitar suas acusações contra a suposta incompetência e corrupção dos industrialistas, que sobrecarregavam o Brasil com altas tarifas”. A concessão de privilégios tarifários era vista como corrupção da velha classe política, que a nova geração não podia tolerar. A lista de medidas feitas pelo Governo Vargas contra os interesses industriais é suficiente para dissipar qualquer dúvida residual sobre a hipótese da “revolução burguesa” que ainda exista: a prisão de Roberto Simonsen, a restauração do crédito à cafeicultura; a proibição da importação de matérias-primas para a indústria; a obrigatoriedade de identificação dos produtos nacionais, para distingui-los dos estrangeiros, supostamente melhores; o atendimento de demandas de setores operários, incluindo o reconhecimento oficial dos sindicatos, a Lei dos Feriados, comissões mistas de arbitragem, oito horas de trabalho e várias outras. A política econômica de Vargas até 1937 é claramente caracterizada como liberal, baseada “na expectativa de que o mercado internacional livre seria de alguma maneira restaurado”. A política social é de apoio paternalista a setores populares e urbanos e o grande enjeitado é o industrial.

Importante notar é que isto não significou, necessariamente, um grande obstáculo à industrialização do País. Na realidade, Dean confessa-se impactado “pela ausência, em toda a literatura polêmica dos industrialistas no período de entre-guerra, de quaisquer exortações em favor de novas indústrias”. “Neste período”, prossegue, não foram os “*entrepreneurs*”, mas os engenheiros, jornalistas e burocratas que falavam a favor da criação imediata de indústrias de aço, petróleo e químicas. Nossos industriais surgem, no quadro pintado por Dean, como demasiado presos a seus interesses imediatos, e demasiado conscientes de sua posição como elemento secundário em um país econômica e politicamente agrário, para proporem uma política nacional de desenvolvimento. Quem faria isto de forma sistemática, principalmente a partir de 1937, seria o Estado, com o apoio entusiástico, mas não a liderança, dos setores industriais.

O quadro que Dean pinta da classe industrial paulista em sua formação dista bastante, em síntese, da imagem mítica de um capitalismo atuante, politicamente articulado, preocupado com o desenvolvimento nacional e tendo para isto que se enfrentar com a acomodação e conservadorismo dos setores agrários, por um lado, e com a ineficiência do Governo, por outro. O que surge é uma classe industrial mais imediatista, umbelicalmente ligada aos interesses agrários, sem um projeto político que fosse além de seus interesses mais imediatos de autopreservação e melhoria de rentabilidade. Se nos países capitalistas o somatório de todos estes projetos econômicos privados levou ao desenvolvimento nacional, parece que no Brasil a industrialização tomou impulso, após os anos 30, não graças, mas apesar deles.

SIMON SCHWARTZMAN

## La recherche fondamentale et les universités

BEN-DAVID, Joseph. Paris, Organization de cooperation et de développement économiques, 1968. 117 p.

Este livro de Ben-David analisa as causas de uma distância crescente entre a produção científica norte-americana e a européia, propondo algumas medidas para diminuí-la. É um trabalho que se situa claramente no domínio da ciência ou, mais especificamente, da sociologia da ciência, disciplina que tem merecido muito palpite, alguma teoria e quase nenhuma pesquisa.

Na primeira parte do trabalho, Ben-David, usando dados estatísticos muito variados (número de receptores dos Prêmios Nobel, número de importantes descobertas e invenções em vários campos, número de publicações, etc.), documenta o crescimento da distância científica entre os Estados Unidos e a Europa Ocidental. Contrariamente ao que comumente se crê, esta distância a favor dos Estados Unidos não data do período posterior à Segunda Guerra Mundial: desde o início do século, e mais aceleradamente desde o fim da Primeira Guerra Mundial, que os Estados Unidos assumiram a liderança científica e tecnológica no mundo ocidental.

O autor sublinha que esta distância, que já é bastante grande no campo da pesquisa fundamental, é ainda maior no campo da pesquisa aplicada, crescendo ainda mais quando tratamos da colocação na prática dos resultados das pesquisas. Este ponto é de importância capital: por várias razões, os Estados Unidos têm demonstrado muito maior habilidade em levar os resultados das pesquisas científicas até a aplicação prática. Em consequência, os países da Europa Ocidental que no campo da pesquisa fundamental e básica ainda competem com os Estados Unidos, perdem toda a possibilidade de competição na aplicação dos resultados, e as diferenças na produção de patentes e de invenções são muito grandes. Estas diferenças custam dinheiro. Em 1961, por exemplo, os Estados Unidos pagaram aos países da OCDE 63 milhões de dólares por conhecimentos técnicos, recebendo, em troca, 577 milhões de dólares.

O autor analisa nos capítulos seguintes as diferenças *institucionais* entre os Estados Unidos e a Europa Ocidental, dando especial ênfase às diferenças na política científica seguida por esses países. Segundo Ben-David, falta à Europa o tipo de instituição universitária, aberta e flexível, que permite uma constante criatividade, sem fragmentar-se em compartimentos estanques que seguem linhas rigidamente disciplinares.

A tendência européia à criação de institutos especializados produziu alguns resultados, que são muito inferiores aos das universidades norte-americanas, sobretudo devido ao fato de que a criatividade, atualmente, quase sempre requer pesquisas interdisciplinares, que um instituto especializado poucas vezes pode proporcionar.

Estes capítulos, que tratam das instituições científicas e para-científicas, acadêmicas ou não, trazem algumas contribuições que podem ser de

importância para o desenvolvimento da ciência na América Latina, já que o autor pergunta, como nós, como superar os problemas atuais e tentar diminuir a distância.

Ben-David está plenamente ciente de que nem todos os países estão dispostos a destinar recursos cada vez maiores à pesquisa. Sublinha que, até certo ponto, o problema de recursos tem sido falseado, uma vez que os recursos para a pesquisa científica na Europa *não* são escassos: são pessimamente utilizados. Entre as propostas de solução, as seguintes me chamaram a atenção:

- a) uma tentativa de aumentar a possibilidade de *contato* entre as pessoas que produzem a pesquisa básica e aquelas que têm condições de utilizá-la na prática. Este é um problema de difícil solução, sobretudo nos países subdesenvolvidos e dependentes, uma vez que, por um lado, o pessoal universitário olha com desdém a pesquisa aplicada e a possibilidade de contato com os utilizadores dos seus resultados e, por outro lado, boa parte das indústrias em condições de realizar pesquisas é constituída por filiais de grandes empresas multinacionais cujas matrizes estão localizadas nos Estados Unidos e na Europa e é lá onde se realizam as pesquisas;
- b) a distribuição dos fundos universitários pelas universidades, departamentos e institutos, de acordo com a *produção* apresentada nos anos anteriores. No entender de Ben-David, que coincide com o meu, muitas instituições beneficiam-se da sua *centralidade* em relação ao poder, recebendo verbas muito vultosas, bem acima do que a sua produtividade poderia justificar. Absorvem, ademais, os melhores alunos e os melhores professores. São ainda beneficiadas por um tremendo *overhead* derivado da sua localização nas principais cidades. Esta tremenda capacidade de captação de recursos, entretanto, não é compensada por uma produção científica equivalente. Esta, no meu entender, é a situação das principais universidades europeias, localizadas nas capitais, e de várias universidades brasileiras localizadas nas principais cidades. Em contraste, algumas instituições laterais, que se encontram distantes dos centros de poder, com recursos muito menores, têm obtido resultados mais significativos, e
- c) finalmente, outra sugestão de Ben-David, que também foi apresentada em outros trabalhos da OCDE <sup>1</sup>, é de estabelecer *centros regionais de excelência* a nível europeu e não nacional, que permita uma certa concentração de recursos nas áreas mais promissoras, juntamente com um sistema europeu de bolsas. Assim, não seria necessário que cada país europeu desenvolvesse o seu próprio sistema de pós-graduação em física, matemática, química, geologia, etc., havendo uma certa especialização regional. Esta especialização, evidentemente, não tem obrigatoriamente que seguir as linhas disciplinares que caracterizam as universidades, mas podem e devem seguir novas linhas. Este é um ponto muito importante para as autoridades educacionais brasileiras, uma vez que o trabalho interdisciplinar e a especialização regional só podem ser obtidos na

<sup>1</sup> *La recherche fondamentale et la politique des gouvernements*. Paris, OCDE, 1966.

medida que forem quebradas as barreiras disciplinares, e que os centros de especialização regional não sigam as linhas disciplinares tradicionais. A proposta européia difere da apresentada pelo MEC, sendo *específica*: ela reforça as áreas já desenvolvidas, enquanto a brasileira concede a universidades, de maneira global, o papel de centros regionais de pós-graduação, inclusive nas áreas em que as universidades são débeis. Como era previsível, a medida não consegue ser implementada e tende a nascer e morrer no âmbito puramente administrativo.

O trabalho de Ben-David é provocativo e, em muitos sentidos, pioneiro. Num campo em que os bons trabalhos de pesquisa são tão escassos, constitui leitura obrigatória.

GLÁUCIO ARY DILLON SOARES

Você acredita em reformas administrativas? Ou você acha que há reformas e reformas?

Em **Laboratório de Sensibilidade** de Fela Moscovici, editado pela Fundação Getulio Vargas, o problema é analisado exaustivamente. As reformas, segundo a autora, não passam de novos arranjos de estruturas e relações, enquanto o laboratório de sensibilidade, amplamente testado nos Estados Unidos, opera dinâmica e profunda mudança na administração.